

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	62.587	31.221	64.983	31.473
Contas a receber de Clientes.....	6	224.551	132.779	241.510	146.683
Contas a receber de partes relacionadas.....	7	27.328	23.111	32.856	30.639
Estoques.....	9	-	4.151	-	4.151
Impostos e contribuições a recuperar.....	8	8.015	6.553	8.484	7.036
Adiantamento a fornecedores.....	3	3.633	2.672	3.895	2.830
Despesas antecipadas.....	3	3.050	2.427	3.112	2.465
Instrumentos Financeiros.....	10	1.613	-	1.613	-
Outros ativos.....	11	1.139	315	2.101	1.222
Total do ativo circulante.....		331.916	203.229	358.554	226.499
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de Clientes LP.....	6	11.019	18.709	11.019	18.709
Investimento.....	11	2.562	310	1.533	310
Propriedade para investimento.....	12	3.000	4.855	3.000	4.855
Imobilizado.....	13	92.914	97.972	101.136	99.940
Intangível.....	14	1.031	21.965	1.031	21.965
Total do ativo não circulante.....		110.526	143.631	117.719	145.779
TOTAL DO ATIVO.....		442.442	346.860	476.274	372.278
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores.....	15	54.537	20.798	56.086	21.313
Adiantamento de clientes.....	15	15.672	25.373	16.489	26.634
Empréstimos e Financiamentos.....	15	57.972	17.016	62.136	19.727
Impostos e contribuições a pagar.....	15	18.556	15.086	22.380	17.903
Salários e Encargos Sociais.....	15	20.101	7.468	24.424	10.143
Contas a pagar de partes relacionadas.....	15	1.995	1.900	2.685	1.900
Dividendos a pagar.....	17	9.785	3.787	9.785	3.787
Outros passivos.....	17	5.123	4.845	5.158	4.455
Total do passivo circulante.....		183.741	96.273	199.343	105.652
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos LP.....	15	91.133	71.707	99.217	73.682
Impostos Rendidos e Contribuição Social diferidos.....	18	18.258	16.236	18.834	16.812
Contas a pagar de partes relacionadas LP.....	18	21.616	-	21.616	2.356
Provisões.....	18	514	15.802	2.196	18.450
Total do passivo não circulante.....		131.521	103.745	141.863	111.300
Total do passivo.....		315.262	200.018	341.206	216.952
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social.....	17	96.599	96.599	98.608	98.608
Reserva Legal.....	17	1.887	1.555	1.939	1.555
Reserva de capital.....	17	4.443	5.810	4.443	5.810
Reserva de lucros.....	17	7.507	22.948	7.984	24.333
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	17	16.744	19.930	16.744	19.930
Patrimônio Líquido Atribuído a Proprietários da Controladora.....	17	127.180	146.842	129.718	150.236
Participação não controladoras.....	17	-	-	5.350	5.090
Total do patrimônio líquido.....		127.180	146.842	135.068	155.326
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		442.442	346.860	476.274	372.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Senhores Acionistas:
 Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas de Notas Explicativas e do Parecer de Auditoria Externa. A Empresa Construtora Brasil, SA ("ECB") retomou em 2015 obras de relevante importância no segmento privado das infra-estruturas ferroviárias. Manteve também o enfoque nos campos onde já atua no setor de Construção e Infra-estruturas, em particular nos segmentos da Construção de Estradas e Construção Industrial. No início do ano adquiriu participação majoritária numa empresa operacional do setor de tratamento de res-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS					
SERVÇOS DE VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS.....	20	503.510	325.033	564.077	348.106
LUCRO BRUTO		82.417	59.855	471.501	64.531
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
Receita de investimentos.....	12	(1.855)	2.811	(1.855)	2.811
Despesas gerais e administrativas.....	21	(23.952)	(23.171)	(27.916)	(27.860)
Resultado da equivalência patrimonial.....	11	837	3.317	(192)	3.317
Provisão para devedores duvidosos.....	6	(24.892)	(1.293)	(26.911)	(1.293)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas.....		(6.281)	(3.168)	(3.315)	(1.690)
Total.....		(56.143)	(21.505)	(60.189)	(24.715)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....		26.274	38.350	32.387	39.816
RESULTADO FINANCEIRO.....					
Receitas financeiras.....		2.819	1.686	2.844	2.184
Despesas financeiras.....		(18.205)	(8.489)	(21.534)	(8.828)
Total.....		(15.386)	(6.803)	(18.690)	(6.644)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		10.888	31.547	13.697	33.172
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....					
Correntes.....		(3.290)	(2.939)	(4.555)	(4.474)
Diferidos.....		(956)	-	(956)	-
Total.....		(4.246)	(2.939)	(5.511)	(4.474)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.642	28.608	8.186	28.698
Lucro Líquido Atribuído a:					
Proprietários da Companhia.....		6.642	28.608	6.642	28.608
Participações não Controladoras.....		-	-	1.544	90
Lucro por ação.....		0,0562	0,2419	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício.....		6.642	28.608	8.186	28.698
Valores que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício quando condições específicas forem atendidas.....		-	-	-	-
Resultado abrangente total do período.....		6.642	28.608	8.186	28.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Custo atribuído ao ativo imobilizado	Lucros/Prejuízos acumulados	Total Controladora	Atribuído à proprietários	Participação não controladoras	Total Consolidado
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		96.599	1.887	4.443	7.507	-	-	124.766	6.020	9.029	139.815
Ajustes dos exercícios anteriores.....		-	-	-	-	-	22.495	22.495	(1.052)	-	22.495
Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP.....		-	-	-	-	-	(2.565)	(2.565)	-	-	(2.565)
Realização Deemed Cost Depreciação.....		-	-	-	-	2.565	-	2.565	-	-	2.565
Dividendos Pagos, antecipadamente.....		-	-	-	-	-	(3.007)	(3.007)	-	-	(3.007)
Dividendos Pagos, com reserva de lucros.....		-	-	-	-	-	(39)	(39)	-	-	(39)
Aumento de capital por emissão de ações.....		9.553	-	-	-	-	9.553	9.553	-	-	9.553
Aumento de capital por subscrição com ágio.....		27.763	(27.763)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital por reserva legal.....		240	-	(240)	-	-	-	-	-	-	-
Redução do capital com entrega do investimento na TEBE, conforme AGE de 30/07/14 (Notas 9 e 16).....		(37.556)	-	-	-	-	-	(37.556)	-	-	(37.556)
Reserva de ágio na incorporação ME Brasil - AGE de 31/03/14.....		-	5.810	-	-	-	-	5.810	-	-	5.810
Lucro líquido do período.....		-	-	-	-	-	28.608	28.608	90	-	28.698
Destinação do lucro líquido.....		-	-	-	-	-	(1.430)	(1.430)	-	-	(1.430)
Reserva legal.....		-	-	1.430	-	-	(3.787)	(3.787)	(1.610)	(2.415)	(7.812)
Dividendos mínimos obrigatórios.....		-	-	-	-	-	(20.384)	(20.384)	-	-	(20.384)
Transferência para retenção de lucros.....		-	-	-	-	-	20.384	20.384	-	-	20.384
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		96.599	5.810	1.555	22.948	19.930	0	146.842	3.394	5.090	155.326
Ajustes de mudança de práticas Contábeis dos exercícios anteriores.....		-	-	-	-	-	(21.144)	(21.144)	-	-	(21.144)
Realização Deemed Cost.....		-	-	-	-	626	-	626	-	-	626
Lucros realizados.....		-	-	-	-	-	(3.186)	(3.186)	-	-	(3.186)
Dividendos Pagos, com reserva de lucros.....		-	-	-	-	-	(4.264)	(4.264)	-	-	(4.264)
Reserva de ágio na incorporação ME Brasil - AGE de 31/03/14.....		-	(1.367)	-	-	-	-	(1.367)	-	-	(1.367)
Lucro líquido do período.....		-	-	-	-	-	6.642	6.642	1.544	-	8.186
Destinação do lucro líquido.....		-	-	-	-	-	(332)	(332)	-	-	(332)
Reserva legal.....		-	-	332	-	-	(1.734)	(1.734)	(856)	(1.284)	(3.874)
Dividendos mínimos obrigatórios.....		-	-	-	-	-	(4.576)	(4.576)	-	-	(4.576)
Transferência para retenção de lucros.....		-	-	-	-	-	4.576	4.576	-	-	4.576
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		96.599	4.443	1.887	22.948	16.744	-	127.180	2.538	5.350	135.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 - (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Empresa Construtora Brasil SA ("Companhia" ou "ECB") tem como objeto social a execução de obras de engenharia, atuando na construção de infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e de mineração, e na construção civil, industrial e eletromecânica em todo o território nacional. A operação de 2015 foi marcada pelo início do contrato de execução de uma obra de duplicação linha férrea da empresa Vale S.A., no estado do Maranhão. A empresa mantém o enfoque nas obras de implantação e melhoria da capacidade de produção nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia, com permanência também no estado de São Paulo na obra de ampliação do Terminal Intermodal Portuário Luiz Antonio Mesquita (TIPLAM) em Santos. A diversidade da carteira de clientes, combinando novos contratos celebrados com os que já vigoravam, permitiu à ECB reduzir alguns dos riscos decorrentes da contração do setor da construção em 2015, registrando um aumento da produção de aproximadamente 50%. A ECB detém desde 2014 o controle indireto da empresa CONSITA, S.A. que atua na área ambiental, de limpeza urbana, coleta e tratamento de resíduos. O ano de 2015 foi ainda um ano de otimização de processos internos procurando uma melhoria do sistema de controle interno da empresa, visando a eficiência operacional e preparando as bases para o crescimento, sustentado, projetado para os próximos anos. **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro - IFRSs. Nas divulgações sugeridas são feitas referências às respectivas exigências que constam nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas e interpretações emitidas pelo IASB. A apresentação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia, no processo de aplicação das políticas. As políticas contábeis que possuem maior complexidade em suas estimativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota explicativa nº 3.16. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa Construtora Brasil SA e de sua Controladora indireta, Consita Tratamentos de Resíduos SA controlada diretamente pela ECBSUMA Participações SA. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** **3.1. Consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de todas as entidades sob o controle da Companhia, incluindo as demonstrações financeiras das Controladoras. A Companhia avalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados abaixo: • Tem poder sobre a investida; • Está exposta, ou tem diretores, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela não o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes. As receitas e despesas de uma controlada adquirida durante o exercício são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas abrangentes da Companhia a partir da data em que a Companhia adquire o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis aquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Estão representados por contas bancárias disponíveis e por aplicações financeiras de curto prazo, com vencimentos originais de até noventa dias a contar da data da aplicação financeira, constituídos de títulos de alta liquidez, convertíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. **3.3. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são demonstradas no valor de realização e decorrem de prestações de serviços de construção e de manutenção de empreendimentos em construção de clientes. Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. **3.4. Investimentos:** O investimento em controlada em conjunto é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. **3.5. Imobilizado:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, combinado com aplicação do custo atribuído (Deemed Cost), deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção de um ativo. A adoção do Custo Atribuído (Deemed Cost) na nota 13, foi baseada na resolução CFC nº 1.255/09 - NBC/TG (04/2010) - NBC/TG nº 19.411 e na resolução CFC nº 1.263/09 - NBC/TG (04/2010) - NBC/TG nº 19.411, ambas da empresa especializada independente, que avaliou o valor de mercado, a vida útil remanescente, bem como o valor residual. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou ainda, por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado, são deturpados pelo método de custo líquido atribuído na venda e o valor contábil do ativo é reconhecido no resultado do exercício pelo seu valor líquido. **3.7. Propriedade para investimento:** As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter rendas ou para valorização do capital, ou para ambas. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Todos os rendimentos provenientes do arrendamento operacional de bens, para fins de ganho de aluguel ou apreciação do capital, são registrados como propriedades de investimentos e mensurados utilizando o modelo de valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento, são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram. **3.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos:** Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas ou para reconhecer, ou ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, uma perda é reconhecida no resultado do exercício. **3.9. Arrendamento financeiro:** Os contratos que transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem, como por exemplo, situações em que exista previsão de opção de compra, na qual o preço de aquisição determinado ou o valor residual seja inferior ao valor de mercado, são reconhecidos como arrendamento financeiro pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor, sendo registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamentos. **3.10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A Companhia calcula o imposto de renda com base na legislação vigente, à alíquota de 25% sobre o lucro líquido social e calcula a alíquota de imposto de renda de 9% sobre

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos, e o respectivo valor contábil. A composição dos impostos diferidos é a seguinte:

	Controladora	
	31/12/2015 IR/CS	31/12/2014 IR/CS
Impostos Diferidos Passivos		
Sobre lucros com órgãos Governamentais	13.132	13.132
Ajuste de Avaliação Patrimonial	8.626	10.205
Lucro diferido sobre obras	3.383	1.433
Valor Justo p/ Propriedade de Investimento	325	956
Ganho de Swap	548	-
Depreciação vida útil e fiscal	4.165	1.483
Total Impostos Diferidos Passivos	30.179	27.209
Impostos diferidos Ativos		
Provisão para contingências e crédito de Liquidação Duvidosa	4.153	589
Agio	4.443	5.810
Varição Cambial	784	-
Prejuízos fiscais	2.541	4.574
Total Impostos Diferidos Ativos	11.921	10.973
Total dos impostos diferidos líquidos (ativo) / passivo	18.258	16.236

A conciliação entre a alíquota nominal e a alíquota efetiva é assim demonstrada:

	Controladora	
	31/12/2015 IR/CS	31/12/2014 IR/CS
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.888	31.547
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominais	(3.702)	(10.726)
Adições permanentes*	412	7.787
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	(3.290)	(2.939)
Imposto de renda e contribuição social	(3.290)	(2.939)

* Basicamente, refere-se ao efeito da opção pelo Lucro Presumido das SCP's e resultado de equivalência patrimonial. **19. SEGUROS** - A Companhia adota uma política de seguros e garantias que visa à identificação de riscos e a consequente decisão sobre a contratação das coberturas securitárias adequadas para projetos, mantendo cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração. Para proteger a integridade dos seus bens e direitos, em suas obras e consórcios que possui participação, é considerado, principalmente, o agrupamento de riscos, o valor de reposição dos ativos e as particularidades de cada empreendimento. Uma área exclusiva da Companhia realiza a contratação, a identificação e a manutenção das garantias de nossos negócios, assessora por corretores de renome internacional. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía os seguintes montantes de seguros e garantias contratados:

	Importância Segurada
Riscos de Engenharia	1.442.783
Responsabilidade Cível	831.983
Outros Seguros (patrimoniais, equipamentos, etc.)	189.433
Garantias (seguro garantia e fiança bancária)	98.914
TOTAL	2.563.113

20. RECEITAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita de Serviços	536.884	282.050	604.556	307.031
Receita de Mercadorias	3.037	70.863	3.037	70.863
RECEITA BRUTA	539.921	352.913	607.593	377.894
Impostos sobre Vendas e Serviços	(36.411)	(27.880)	(43.516)	(29.788)
RECEITA LÍQUIDA	503.510	325.033	564.077	348.106

21. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Matérias-primas e materiais de consumo	114.986	59.420	122.472	63.163
Materiais vendidos	191	28.790	191	28.790
Despesas de depreciação e amortização	14.837	10.296	14.837	11.218
Despesas com folhas de pagamento	152.625	81.157	188.891	95.809
Despesas com aluguéis e estrutura	43.750	26.428	46.635	27.043
Despesas manutenção e contrat. serviços	102.798	60.111	108.514	63.243
Provisão de Custos	7.802	12.079	7.802	12.079
Despesas de viagens	4.258	3.100	4.258	3.100
Impostos, taxas e encargos	632	1.920	632	1.920
Despesas com energia elétrica	765	333	765	333
Outros	2.401	4.715	4.420	4.737
TOTAL	445.045	288.349	499.417	311.435
Custo das Obras e Serviços	421.093	265.178	471.501	283.575
Geral e administrativas	23.952	23.171	27.916	27.860
TOTAL	445.045	288.349	499.417	311.435

22. RESULTADO FINANCEIRO - O resultado financeiro é composto basicamente por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
RECEITA FINANCEIRA				
Juros de aplicação financeira	922	1.472	940	1.813
Swap	1.613	-	1.613	-
Outros	284	214	291	371
TOTAL	2.819	1.686	2.844	2.184
DESPESA FINANCEIRA				
Juros emp. e Financiamentos	(13.747)	(7.697)	(15.087)	(7.919)
Varição Cambial	(2.310)	-	(2.310)	-
Descontos incondicionais	-	(1.712)	-	-
Outros	(2.148)	(792)	(2.425)	(909)
TOTAL	(18.205)	(8.489)	(21.534)	(8.828)

23. EBITDA - A companhia apresentou na data de 31 de dezembro 2015 o seguinte EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization:

	Controladora 31/12/2015
Lucro operacional	26.274
Provisão para perdas de Devedores Duvidosos	24.892
Depreciação e Amortização	14.837
EBITDA	66.003

24. REMUNERAÇÃO PAGA AOS DIRETORES DA COMPANHIA - A remuneração paga aos diretores da companhia durante o exercício findo em 2015, foi de R\$ 2.998. **25. EVENTOS SUBSEQUENTES** - A controlada indireta Consta Tratamento de Resíduo S/A adquiriu 100% das ações da Companhia Czar Serviços Ambientais S/A, que atua no setor de tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, aterro e área de reciclagem de resíduos classe A em 04 de janeiro de 2016. **26. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** - A diretoria autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 16 de fevereiro de 2016, as quais considera os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Conselho de Administração - Empresa Construtora Brasil S.A.

Carlos Antônio Vasconcelos Mota dos Santos - Presidente
José Lúcio Rezende Filho - Vice-Presidente

- Eduardo Costa Simões
- João Pedro dos Santos Dinis Parrera
- Rafael Vasconcelos Moreira da Rocha
- Luis José Donas Boto Vaz Pato

A Diretoria - Empresa Construtora Brasil S.A.

- Rafael Vasconcelos Moreira da Rocha - Diretor Presidente
- Luis José Donas Boto Vaz Pato - Diretor Vice-Presidente
- Duarte Nuno Viana de Oliveira Braga - Diretor Financeiro
- Gilberto Tavares dos Santos - Diretor de Operações I
- Manuel Antônio Mendes Teixeira - Diretor de Operações II

Contadora Responsável: Thais Nery Assunção - CRC MG 111.456

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO DE 2015 - Aos Administradores e Acionistas da Empresa Construtora Brasil S/A. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa Construtora Brasil S/A ("Companhia") identificadas como *Controladora* e *Consolidado*, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **1. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **2. Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **3. Base para opinião com modificação** - Em 31 de dezembro de 2015 as contas a receber de clientes por medições a faturar incluem o valor de R\$ 19.915 mil pleiteados formalmente em janeiro de 2011, e objeto de ação judicial proposta em 28 de março de 2014, visando principalmente ao (i) ressarcimento de prejuízos sofridos durante o contrato da obra, (ii) a anulação de débito constituído pelo órgão público contratante, e (iii) restituição de valor retido pelo mesmo órgão contratante, devidamente atualizados. A assessoria jurídica da Companhia informa que é possível a probabilidade de sucesso. A auditoria não pode concluir sobre a necessidade ou não de contabilizar provisão para eventual perda na realização destes créditos, sobre os quais foram contabilizadas provisões no valor de R\$ 6.829 mil para os encargos tributários incidentes. **4. Opinião com modificação** - Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos fatos mencionados no parágrafo 3 acima, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Construtora Brasil S/A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). **5. Ênfase a** - (a) Do saldo de Contas a receber de clientes - Medições de serviços a faturar, outros que não os descritos em 3 acima, o valor de cerca de R\$ 19.985 mil estava aguardando autorização para faturamento na data 31 de janeiro de 2016. (b) Conforme descrito na Nota explicativa nº 6, para Contas a receber de cliente classificadas no ativo não circulante no valor de R\$ 11.019 mil, referentes a encargos financeiros sobre contratos de obras para o Poder Público, a Companhia ajuizou ação judicial obtendo sentença favorável já transitada em julgado. Todavia, os advogados informam que aguarda-se o despacho judicial final para a execução da sentença. Sobre este ativo foram contabilizadas provisões no valor de R\$ 3.746 mil para os encargos tributários incidentes. **6. Outros assuntos - (a) Sociedades em Conta de Participação** - A Companhia é sócia ostensiva de sociedades em conta de participação, constituídas com objetivo de executar obras e serviços do seu objeto social, cujas receitas, custos, despesas e resultados são escrituradas à parte, porém incluídos nas suas demonstrações financeiras para fins de apresentação. **(b) Valores das demonstrações financeiras individuais do exercício anterior** - Os valores correspondentes ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós cujo relatório emitido em 06/03/2015 conteve opinião com ressalva sobre (i) o assunto mencionado no parágrafo 3 acima, e (ii) sobre o fato de que a Companhia contabilizou no exercício de 2014, o custo atribuído (*deemed cost*) de bens imóveis, máquinas, equipamentos e veículos, conforme admitido pela ITG 10 - *Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado*. Na aplicação inicial desta norma, ajustes retrospectivos requeridos nas demonstrações financeiras de 2013 apresentadas para fins comparativos com 2014, não foram adotados pela Companhia. Conteve também as mesmas ênfases descritas em 5(a) e 5(b) acima. Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2016.

CASTRO SERRA NIRDGO

Audidores Independentes - CRC MG 190

Valter Caixeta Borges - Contador CRC/MG 017.698